



# Insumos para a Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade - EPANB

Primeira Versão dos Componentes de Monitoramento, Comunicação e Mobilização de Recursos

*Produto 3 – Contrato BRA10-35203/2017*



MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE



# Insumos para a Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade – EPANB

Primeira Versão dos Componentes de Monitoramento, Comunicação e Mobilização de Recursos

Versão Preliminar – 12 de maio de 2017

**Produto 3 – Contrato BRA10-35203/2017**

**Responsável:**

Márcio Dionísio de Souza

**Coordenação:**

Miguel Moraes

**Equipe Técnica:**

Carolina Del Lama Marques - UICN

Denise Oliveira - Consultora

Magaly Oliveira – Consultora

Brasília, 12 de maio 2017

## Sumário

LISTAS DE SIGLAS .....	4
<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. COMPONENTE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
2.1 Contexto.....	7
2.2. Governança do Processo de Construção e Implementação da Estratégia e Plano Nacionais de Biodiversidade - EPANB.....	9
2.2.1. Proposta de Governança para a Etapa de Implementação .....	10
2.3. Proposta de Plano de Monitoramento do Processo de Implementação da EPANB para o Ministério do Meio Ambiente (MMA).....	11
2.3.1 Requisitos do Plano de Monitoramento da Implementação.....	12
2.3.2 Indicadores de Processo para Acompanhamento do Monitoramento da Implementação .....	13
2.3.3 Proposta de Rota e Cronograma para Implementação do Plano de Monitoramento .....	14
2.3.4. PainelBio – oportunidades de colaboração e apoio ao monitoramento .....	17
2.3.5 Recomendações - Componente de Monitoramento .....	18
<b>3. COMPONENTE DE COMUNICAÇÃO.....</b>	<b>19</b>
3.1 Comunicação Interna .....	19
3.1.1 Público Interno - Parceiros Implementadores da EPANB .....	20
3.1.2 Objetivos de Comunicação Interna .....	24
3.1.3 Canais e Ferramentas.....	25
3.1.4 Periodicidade de comunicação entre as intuições aderentes .....	25
3.1.5 Recomendações - Componente de Comunicação Interna .....	25
3.2 Comunicação Externa - Para a Sociedade .....	27
3.2.1 Princípios da PNB e da Conabio.....	30
3.2.2 Pesquisas de Opinião .....	32
3.2.3 Educação Ambiental, Capacitação e Comunicação.....	33
3.2.4 Voluntariado .....	35
3.2.5 Objetivos de Comunicação Externa .....	36
3.2.6 Públicos a serem envolvidos.....	39
3.2.7 Recomendações – Componente de Comunicação.....	40
<b>4.COMPONENTE DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS.....</b>	<b>41</b>
4.1 Resultado da Análise de Abrangência do Plano de Ação .....	42
4.2 Outros Esforços Nacionais .....	43
4.3. Recomendações – Componente de Mobilização de Recursos .....	48
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>50</b>
<b>ANEXO I – Lista de entrevistados e participação no PainelBio e/ou na Conabio .....</b>	<b>51</b>

## LISTAS DE SIGLAS

**ANA** – Agência Nacional de Águas  
**BIOFIN** – *Biodiversity Finance Initiative*  
**BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
**CDB** – Convenção sobre Diversidade Biológica  
**CEA** – *Classification of Environmental Activities* (Metodologia de Classificação das Atividades Ambientais)  
**Conabio** – Comissão Nacional da Biodiversidade  
**COSAM** – Coordenação de Estudos em Sustentabilidade Ambiental  
**ENCEA** – Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação  
**EPANB** – Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade  
**GEF** – Fundo Global para o Meio Ambiente Mundial  
**IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis  
**ICLEI SAMS** – Secretariado para América do Sul  
**ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**IPEA** – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas  
**JBRJ** – Jardim Botânico do Rio de Janeiro  
**MAPA** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
**MF** – Ministério da Fazenda  
**MMA** – Ministério do Meio Ambiente  
**MP** – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão  
**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
**OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
**OEMAs** – Órgãos Estaduais de Meio Ambiente  
**ONGs** – Organizações Não Governamentais  
**ONU** – Organização das Nações Unidas  
**PainelBio** – Painel Brasileiro de Biodiversidade  
**PELD** – Pesquisas Ecológicas de Longa Duração  
**PNB** – Política Nacional de Biodiversidade  
**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**SAIC/MMA** – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental  
**SBio/MMA** – Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente  
**SBPC** – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
**SECEX/MMA** – Secretaria Executiva  
**SEDR/MMA** – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável  
**SEEA** – *System of Economic and Environmental Accounts* (Sistema de Contas Econômicas e Ambientais)  
**SFB** – Serviço Florestal Brasileiro  
**SISNAMA** – Sistema Nacional do Meio Ambiente  
**SOF** – Secretaria de Orçamento Federal  
**SRHU/MMA** – Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Meio Ambiente  
**UC** – Unidades de Conservação  
**UICN** – União Internacional para a Conservação da Natureza

## 1. APRESENTAÇÃO

Este relatório constitui o Produto 3 do Contrato BRA10-35203/2017. O documento apresenta a proposta preliminar de insumos para a atualização dos componentes de Monitoramento, Comunicação e Mobilização de Recursos da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) no Brasil e cumpre a primeira etapa do contrato para aprimoramento dos referidos componentes. Os textos finais irão compor a segunda parte do documento da EPANB, intitulada Componentes Estratégicos.

O objetivo deste esforço de trabalho é complementar aspectos importantes desses componentes, de modo a evidenciar os desafios e oportunidades relacionadas à implementação da EPANB. As contribuições preliminares aqui consolidadas, visam, portanto, a lapidação da versão final do documento. Nesse contexto, é fundamental estar claro que as dimensões de monitoramento, comunicação e mobilização de recursos são chave para o sucesso da implementação. Além disso, que a estrutura de governança e o ambiente institucional precisam estar definidas de forma explícita para que a multiplicidade de atores envolvidos possa colaborar de forma integral e efetiva, viabilizando a implementação concreta das ações propostas.

O trabalho vem sendo realizado pela equipe da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) no Brasil, tendo como base as diretrizes da Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (SBio/MMA). Como parte do trabalho de levantamento de informações e compilação de insumos preliminares, foram realizadas as seguintes ações:

- Análise de estratégias de outros países já apresentadas à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB);
- Consulta bibliográfica;
- Entrevista com 19 especialistas - até o dia 25 de abril de 2017;
- Comparação com a análise de abrangência da EPANB.

Os insumos aqui consolidados irão subsidiar as apresentações e discussões no âmbito do Painel Brasileiro de Biodiversidade (PainelBio) em reunião presencial de consulta e engajamento dos membros e especialistas convidados para revisão, coleta de novos aportes e aprovação das sugestões que vão compor a versão final do documento da estratégia nacional. A próxima reunião do PainelBio será realizada nos dias 24 e 25 de maio, nas instalações do MMA, em Brasília, DF.

Após a consolidação do documento final e a aprovação dos gestores da EPANB na SBio/MMA, recomendamos que o texto sobre o componente de Mobilização de Recursos seja submetido à uma etapa de alinhamento estratégico com os especialistas do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) envolvidos no estudo sobre gastos ambientais federais, e com os especialistas do MMA e do Ministério do Planejamento envolvidas com a Iniciativa BIOFIN (*Biodiversity Finance Initiative*). Após as entrevistas realizadas ficou claro que a coordenação entre essas iniciativas é muito importante para assegurar a convergência estratégica entre esforços governamentais relacionados à agenda de biodiversidade.

## 2. COMPONENTE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO

### 2.1 Contexto

Em meados de 2016 o MMA convidou 231 instituições para a adesão à EPANB, das quais 66 enviaram contribuições relacionadas ao texto e/ou ao Plano de Ação. Dessas, 52 instituições enviaram contribuições apenas para o Plano de Ação. Atualmente, a segunda versão da EPANB conta com 705 ações relacionadas as 20 Metas Nacionais de Biodiversidade, distribuídas entre as diferentes instituições e programas proponentes responsáveis pelas ações.

Cada uma das instituições e programas convidados pela SBio/MMA teve acesso a uma planilha padrão (formato “.xlsx”) para preenchimento das informações indicadas para cada ação proposta, em processo transparente e participativo.

As 52 instituições e programas que contribuíram diretamente para o Plano de Ação estão agrupados em oito esferas de atuação, a saber:

- 1 - Secretarias do MMA
- 2 - Entidades Vinculadas ao MMA
- 3 - Ministérios, Secretarias Especiais e Empresas Públicas
- 4 - Institutos/Instituições vinculadas a Ministérios
- 5 - Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) e Municipais
- 6 - Sociedade Civil (ONGs)
- 7 - Financiadoras e Setor Privado
- 8 - Academia

Além dessas, já diretamente envolvidas no processo, outras instituições podem vir a se somar ao esforço de alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade no decorrer da

implementação da EPANB como consequência da adesão voluntária ou da identificação de oportunidades de novas contribuições e parcerias.

O número de instituições aderentes à EPANB e o volume de ações a serem realizadas demonstram o tamanho do desafio de monitorar o processo de implementação da Estratégia nacional, mensurar e avaliar os resultados alcançados, realizar a adequada comunicação entre os parceiros implementadores envolvidos e a apresentação dos resultados à sociedade brasileira e à CDB.

Considera-se que a metodologia colaborativa de trabalho entre as diferentes instâncias, que vem apresentando sucesso nas suas proposições e encaminhamentos, possa ser aprimorada, fortalecendo-se o processo participativo da sociedade com o apoio do PainelBio também na implementação da EPANB e no acompanhamento desse processo. De modo que, o componente de monitoramento da implementação da EPANB é fundamental para assegurar o alcance das metas nacionais de biodiversidade, e, deve portanto, ser elaborado de forma cuidadosa, visto que constitui peça chave para o sucesso da Estratégia.



## 2.2. Governança do Processo de Construção e Implementação da Estratégia e Plano Nacionais de Biodiversidade - EPANB

Os entes envolvidos na construção da EPANB desempenham os seguintes papéis e responsabilidades:

- **Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB):** O Brasil foi um dos primeiros signatários da CDB, criada em 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), no Rio de Janeiro. A CDB é o principal instrumento internacional para tratar da conservação e do uso sustentável da biodiversidade. Realizada a cada dois anos, a Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo decisório da CDB. Na COP-10, realizada em Nagoya, no Japão, em 2010, foi aprovado o Plano Estratégico da CDB 2011-2020 com cinco objetivos e 20 metas – Metas Aichi. Entre os compromissos assumidos pelos 150 países signatários da Convenção está o de implementar sua EPANB e reportar periodicamente os avanços.
- **Ministério das Relações Exteriores (MRE):** O MRE é o órgão que representa oficialmente o governo brasileiro perante a CDB e em negociações durante as COPs e outros mecanismos políticos da CDB.
- **Ministério do Meio Ambiente (MMA):** Órgão central responsável pela coordenação do processo da EPANB, sua elaboração e apresentação à CDB, em conjunto com o MRE.
- **Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio):** Criada pelo Decreto nº 4.703/2003, definiu os princípios para internalização e implementação das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020.
- **Grupo de 66 instituições aderentes:** Essas instituições aderiram à EPANB, sendo que 52 contribuíram diretamente para o Plano de Ação e são responsáveis pela execução das ações propostas na sua área de especialidade, representando a ampliação da participação de diversos segmentos na implementação de ações.
- **Painel Brasileiro de Biodiversidade (PainelBio):** Instância participativa estratégica responsável por envolver diferentes setores da sociedade na discussão, formulação, disseminação de informação e apoio técnico à tomada de decisão relacionadas à

construção e implementação da EPANB. Formado inicialmente por 17 instituições e apoiado por secretaria-executiva exercida pela UICN<sup>1</sup>, o PainelBio é um fórum independente que promove a ampliação do processo participativo para o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade, acompanha e monitora o desenvolvimento e implementação da EPANB para a sociedade e, quando necessário, oferece subsídios técnicos ao MMA para elaboração, consolidação e implementação coordenada e participativa da EPANB.

### 2.2.1. Proposta de Governança para a Etapa de Implementação

A governança do processo de monitoramento e acompanhamento da implementação da EPANB poderia fortalecer o processo colaborativo e participativo histórico na construção da Estratégia, buscando aprimorar ainda mais o envolvimento da sociedade civil.

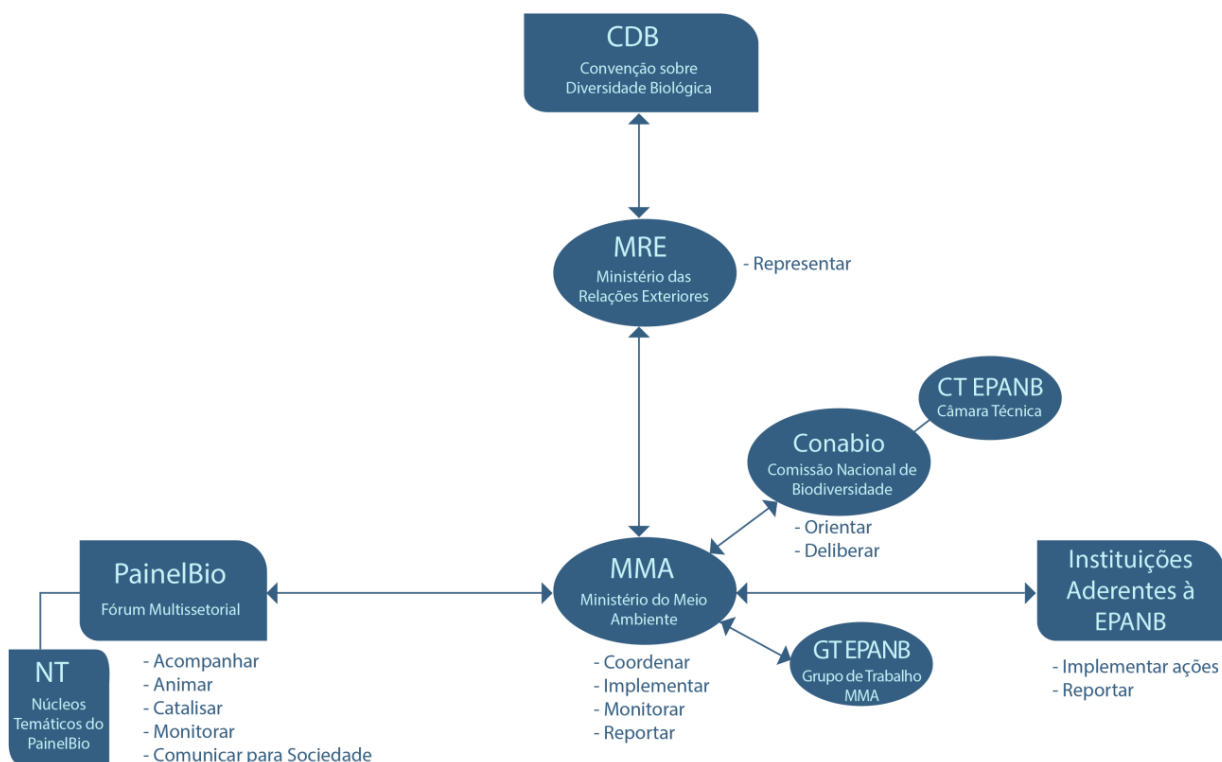
Nesse contexto, sugerem-se as seguintes etapas para a estruturação da governança de implementação da EPANB:

1. Instituição de uma **Câmara Técnica da EPANB** no âmbito da **Conabio**, para dar apoio e celeridade aos trabalhos da Conabio.
2. Fortalecimento do **Grupo de Trabalho da EPANB** no **MMA**, com envolvimento de outras áreas do próprio ministério, transversais ao tema de biodiversidade como Educação Ambiental, Clima e Comunicação, entre outras, para definição estratégica, alocação de recursos, implementação, elaboração de relatórios nacionais, articulação com a Conabio e comunicação à sociedade dos resultados da implementação da EPANB.

A proposta de estrutura de governança para implementação da EPANB está representada na Figura 1, a seguir.

---

<sup>1</sup> <https://www.iucn.org/es/node/16724>



**Figura 1** – Proposta de Estrutura de Governança para a Implementação da EPANB

### 2.3. Proposta de Plano de Monitoramento do Processo de Implementação da EPANB para o Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Esta proposta preliminar de Plano de Monitoramento do Processo de Implementação da EPANB está sendo construída para o MMA com o intuito de oferecer um arcabouço mínimo de indicadores que permitam o acompanhamento da implementação das ações acordadas no âmbito do Plano de Ação da EPANB. De modo que, considera os indicadores de processo apresentados no item 2.3.2 deste documento como ponto de partida para a elaboração de indicadores efetivos. Paralelamente, o MMA, com apoio de consultoria contratada, está detalhando os indicadores de impacto relacionados ao alcance das Metas Nacionais. Assim, o monitoramento de indicadores de processo nos permitirá

acompanhar a implementação do Plano de Ação. Enquanto o acompanhamento dos indicadores de impacto permitirá acompanhar avanços em relação ao alcance das metas nacionais de biodiversidade.

### 2.3.1 Requisitos do Plano de Monitoramento da Implementação

Para iniciar o processo de monitoramento, considera-se que os seguintes **requisitos mínimos** precisam ser atendidos:

#### ➤ Técnicos

- Desenvolvimento de **plataforma/ banco de dados** informatizado para acompanhar a implementação das contribuições ao Plano de Ação e seus resultados;
- Identificação de **indicadores específicos para cada ação** que serão utilizados pelas instituições no acompanhamento das atividades propostas e incluir item na plataforma/ banco de dados do Plano de Ação nacional;
- **Definição de responsabilidades e mecanismos específicos de viabilidade financeira** para o monitoramento do processo até 2020 e avaliação dos resultados.

#### ➤ Humanos

- Instituição de uma equipe específica dentro do MMA que trabalhe como **secretaria executiva da EPANB** para implementar os planos de monitoramento e comunicação, bem como todas as outras atividades de coordenação do processo e mobilização de atores estratégicos;
- Horas de trabalho de servidores do MMA dedicados ao **Grupo de Trabalho da EPANB**;
- Contratação de serviço técnico para **desenvolvimento da plataforma/ banco de dados** com as especificações exigidas pelo processo;
- Contratação de serviços técnicos, **estudos ou pesquisas especializados** ou avaliar resultados (por exemplo, pesquisas de opinião).

➤ **Financeiros**

- Recursos financeiros para desenvolvimento e implementação de plataforma/ banco de dados do Plano de Ação;
- Levantamento de custos para execução dos planos de acompanhamento da EPANB;
- Captação de recursos;
- Alocação de recursos.

### 2.3.2 Indicadores de Processo para Acompanhamento do Monitoramento da Implementação

Abaixo seguem os indicadores e respectivas fontes de informação, sugeridos nesta proposta, para o acompanhamento da implementação da EPANB:

➤ **MMA/Grupo de Trabalho da EPANB:**

- Número de acordos de cooperação técnica firmados entre a SBio/MMA e as instituições aderentes ao Plano de Ação e PainelBio, formalizando processos de cooperação mútua (para formalizar o compromisso institucional contínuo com a implementação da EPANB);
- Plataforma/banco de dados desenhado, desenvolvido e implementado para acompanhamento e monitoramento do Plano de Ação;
- Número de instituições e programas aderentes utilizando e alimentando o sistema de plataforma/ banco de dados do Plano de Ação;
- Relatórios iniciais, de meio termo e finais sobre a implementação preparados e disseminados.

➤ **Conabio<sup>2</sup>:**

- Deliberações e Resoluções relacionadas à implementação da EPANB;
- Instrumentos necessários criados para estimular a cooperação interinstitucional e internacional para a implementação dos princípios e diretrizes da PNB e da CDB no País;
- Número de ações de capacitação de recursos humanos, fortalecimento institucional e sensibilização pública identificados, propostos e estimulados.

➤ **Instituições Aderentes ao Plano de Ação:**

- Número de informes e atualizações sobre as ações desenvolvidas registradas na plataforma/ banco de dados;
- Número de comunicados sobre o andamento da implementação das ações propostas enviadas ao MMA.

### 2.3.3 Proposta de Rota e Cronograma para Implementação do Plano de Monitoramento

O monitoramento da implementação requer um processo contínuo (Figura 2) estruturado de acordo com as seguintes etapas: preparação, implementação, análise e reporte. No Quadro 1, a seguir, apresentamos a proposta de rota e cronograma para viabilização dessas etapas, indicando-se os passos (“o que”), os responsáveis (“quem”) e o período (“quando”).

---

<sup>2</sup> Conforme artigo 6º do Decreto nº4.703, de 21 de maio de 2003, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4703.htm)



Figura 2 – Etapas do processo de implementação e monitoramento

Quadro 1 – Proposta de rota e cronograma para o monitoramento

ETAPA DE PREPARAÇÃO		
Passo	Quem	Quando
Aprovação desta proposta inicial de Plano de Monitoramento da Implementação da EPANB.	SBio/MMA	Maio/2017
Alocação de recursos para desenvolvimento da plataforma/ banco de dados do Plano de Ação	SBio/MMA	Maio/2017
Contratação de consultoria especializada para levantamento de especificações técnicas da plataforma/ banco de dados para registro das ações e seus resultados, e geração de relatórios.	SBio/MMA	Junho/2017
Contratação de desenvolvedor de plataforma/ banco de dados	SBio/MMA	Julho/2017
Apresentação da proposta de Plano de Monitoramento do Processo de Implementação da EPANB, critérios de processo e informações sobre a plataforma/ banco de dados às instituições aderentes e aos participantes do PainelBio.	SBio/MMA e Secretaria-Executiva do PainelBio	24 e 25 de Maio/2017
Incorporação de sugestões colhidas na reunião do PainelBio e conclusão da versão 3 da Estratégia e Plano de Ação nacionais	UICN/Consultoria contratada	Até Junho/2017
Aprovação do Plano de Monitoramento da Implementação da EPANB.	SBio/MMA	A definir
Apresentação do Plano de Monitoramento da Implementação à Conabio.	SBio/MMA	A definir
Envio da versão final da EPANB à CDB	MMA/MRE	A definir
Elaborar plano de monitoramento dos indicadores de impacto e alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020.	SBio/MMA-consultoria contratada pelo MMA	Em andamento

Detalhamento dos custos para execução do plano de monitoramento da EPANB.	SBio/MMA	Agosto/2017
Captação de recursos.	A definir	A definir
Alocação de recursos nas atividades seguintes.	A definir	A definir
Realização de um encontro entre comunicadores de instituições envolvidas com a EPANB para discussão e contribuições ao Plano de Comunicação e engajamento na EPANB.	SBio/MMA e PainelBio/Núcleos Temáticos	Setembro/2017
ETAPA DE IMPLEMENTAÇÃO		
Passo	Quem	Quando
Definição dos responsáveis nas instituições aderentes ao Plano de Ação pelo preenchimento da plataforma/ banco de dados com os resultados das ações.	SBio/MMA e instituições aderentes	Julho/2017
Detalhamento dos requisitos técnicos da plataforma/banco de dados	SBio/MMA - Biosfera	Agosto/2017
Desenvolvimento e teste da plataforma/banco de dados	SBio/MMA - Biosfera	Setembro/2017
Cadastramento dos responsáveis no sistema	SBio/MMA - Biosfera	Outubro/2017
Abastecimento da plataforma/ banco de dados com as informações já existentes no plano de ação.	SBio/MMA	Outubro/2017
Revisão das informações inseridas na plataforma/ banco de dados (informações do 1º levantamento já disponíveis na planilha Excel com 705 ações)	SBio/MMA - Biosfera	Novembro/2017
Treinamento dos responsáveis.	SBio/MMA – Biosfera e instituições	Novembro/2017
Inserção de novas informações (indicadores da ação, detalhamento de recursos)	SBio/MMA – Biosfera e instituições	Novembro/2017
Definição de modelo de relatórios de acompanhamento	SBio/MMA - Biosfera	Dezembro/2017
ETAPA DE ANÁLISE E REPORTE		
Passo	Quem	Quando
Elaboração de relatórios trimestrais de acompanhamento de acordo com informação disponível na plataforma/ banco de dados.	SBio/MMA	A definir
Encontros semestrais, virtuais ou presenciais, de revisão dos relatórios avaliação do acompanhamento da execução do Plano de Ação	SBio/MMA	A definir



#### 2.3.4. PainelBio – oportunidades de colaboração e apoio ao monitoramento

A consolidação do PainelBio e seus Núcleos Temáticos como espaços de discussão técnica, assessoramento e apoio à implementação e ao monitoramento da EPANB é uma oportunidade para ampliar o engajamento da sociedade civil.

O PainelBio e seus Núcleos Temáticos poderiam colaborar principalmente por meio das seguintes ações:

- Mobilização e comunicação entre as instituições aderentes para acompanhamento da implementação do Plano de Ação;
- Mobilização de outros atores e/ou potenciais parceiros para ampliação da adesão e engajamento de outros setores da sociedade;
- Definição de plano de trabalho junto aos Núcleos Temáticos;
- Assessoramento técnico por meio de estudos, pesquisas, seguidos de proposições e recomendações ao MMA;
- Realização de encontros e debates em torno dos aspectos relevantes relacionados ao andamento da implementação da EPANB e cumprimento das Metas Nacionais de Biodiversidade;
- Comunicação à sociedade dos resultados de análises e debates.

Os Núcleos Temáticos estão relacionados aos cinco Objetivos Estratégicos de Biodiversidade e à temática de gênero. A composição dos Núcleos Temáticos envolve representantes de diversas instituições aderentes à EPANB das distintas esferas de atuação – pública, privada, academia e terceiro setor –, sendo que algumas instituições também fazem parte do colegiado Conabio. Os Núcleos Temáticos do PainelBio discutiriam, periodicamente, assuntos e questões pendentes e fariam propostas e recomendações ao MMA nos avanços da implementação da EPANB.

### 2.3.5 Recomendações - Componente de Monitoramento

As seguintes recomendações são apresentadas no âmbito da Proposta de Plano de Monitoramento do Processo de Implementação da EPANB:

- Estabelecer um **Comitê Interministerial (CIM)**, de alto nível, formado por ministros ou secretários-executivos dos ministérios representados na Conabio para promover a integração da biodiversidade nas estratégias e agendas ministeriais.
- Discernir e definir o arranjo institucional com papéis, responsabilidades e os instrumentos legais que vão regê-lo. Verificar se há necessidade de um instrumento para instituição da estrutura de Governança ou se os acordos existentes são suficientes.
- Orientar as instituições e programas aderentes à EPANB que cada responsável pela execução das ações deverá informar os respectivos indicadores.
- Iniciar o quanto antes o processo para instituir uma secretaria executiva da EPANB no MMA, viabilizar o desenvolvimento da plataforma/ banco de dados informatizado do Plano de Ação e os outros requisitos mínimos apresentados no item 2.3.4.
- Envolver mais instituições e especialistas em monitoramento nas discussões.
- Identificar e envolver setores da sociedade ainda não representados no Plano de Ação.
- Estabelecer acordos junto às instituições aderentes para definir o cronograma para envio das informações.
- Realizar encontro com os comunicadores das instituições aderentes para envolvê-los no processo de consolidação do plano de comunicação interna e externa e engajá-los na EPANB.

## 3. COMPONENTE DE COMUNICAÇÃO

### 3.1 Comunicação Interna

O termo comunicação deriva do latim *communicare* e significa **tornar comum, partilhar, repartir, associar, trocar opiniões**. O processo comunicativo, por sua vez, é sempre dinâmico, vivo, e não linear, pois é influenciado por diversos fatores, entre eles, a familiaridade com o assunto, o interesse e a receptividade ao tema, a clareza e precisão da mensagem, e a própria relação de confiança entre emissor e receptor.

Tudo o que afeta e interfere na transmissão da mensagem, dificultando a comunicação por perturbar a recepção ou compreensão da mensagem é conhecido como 'ruído' e influencia os resultados do processo comunicativo. Já as 'barreiras' podem ser entendidas como tudo aquilo que interfere e distorce o processo de comunicação, podendo ocorrer barreiras de conhecimento, comportamentais, organizacionais ou técnicas.

A qualidade e a efetividade na troca de informações e ideias entre todas as partes interessadas (*stakeholders*), guiados pela missão e diretrizes estratégicas e focados no alcance dos resultados esperados, influenciarão no sucesso pretendido.

Segundo o livro *Gerenciamento da Comunicação em Projetos* (CHAVES et al, 2015) a área de comunicação engloba atividades que consomem a maior parte do tempo do gerente de projetos, chegando a alcançar 90% do tempo, portanto, torna-se área fundamental para as outras áreas que dependem do fluxo de informações entre os envolvidos.

Segundo o campo de estudos do Gerenciamento de Projetos, os processos que compõem o gerenciamento das comunicações envolvem identificar as partes interessadas – pessoas e organizações -; planejar as comunicações, disponibilizar as informações; gerenciar as expectativas das partes interessadas; e divulgar o desempenho.

### 3.1.1 Público Interno - Parceiros Implementadores da EPANB

O processo de desenvolvimento da EPANB envolveu diversos atores de diferentes esferas de atuação, conforme mostra a figura abaixo.

O chamamento do MMA para a participação e apoio na construção da EPANB resultou na manifestação de 66 instituições, das quais 52 instituições de diferentes esferas contribuíram diretamente ao Plano de Ação, que atualmente conta com 705 ações.

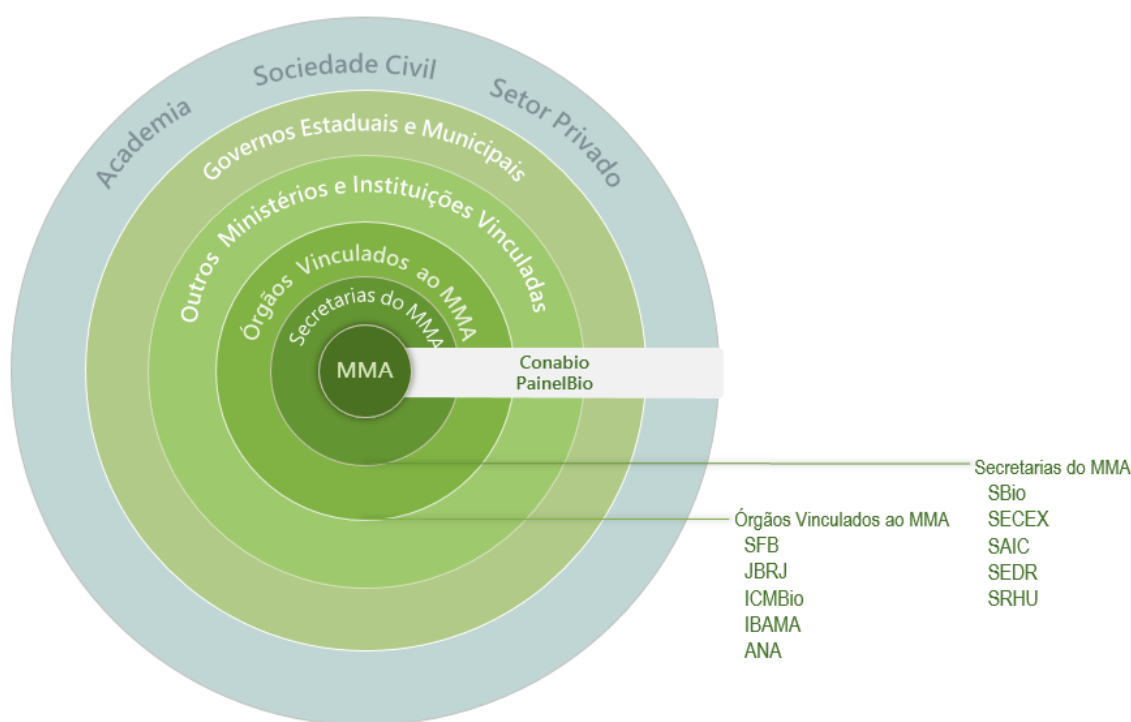


Figura 3 – Esferas de abrangência

Uma sólida e estratégica comunicação interna deve ser implementada para proporcionar fluidez nos processos de monitoramento da implementação da EPANB para aumentar a coesão, otimizar resultados e potencializar a comunicação para outros grupos ainda não envolvidos diretamente no processo.

A **comunicação interna** envolve o grupo formado por MMA e instituições aderentes à EPANB e contribuintes ao Plano de Ação, nesta proposta chamado de Parceiros

Implementadores, já que todos são responsáveis por algum tipo de ação relacionada à Estratégia e/ou ao Plano, e todos, de forma diferenciada, contribuem para o alcance das metas nacionais.

Entretanto, outras instituições e segmentos sociais poderão vir a se juntar ao grupo, após identificação de oportunidades, necessidades específicas ou adesão voluntária, como mencionado no Componente Monitoramento deste relatório.

Quadro 2 – Comunicação interna: Relação de instituições parceiras, esfera e atribuição

COMUNICAÇÃO INTERNA		
PARCEIROS IMPLEMENTADORES		
Esfera	Parceiro	Atribuição
1 - Secretarias do MMA	Secretaria de Biodiversidade	Implementador, coordenador
	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	Contribuintes/Aderentes ao Plano
	Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental	
	Secretaria de Mudança do Clima e Florestas	
	Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental	
2 - Entidades Vinculadas ao MMA	Agência Nacional das Águas	Contribuintes/Aderentes ao Plano
	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	
	Jardim Botânico do Rio de Janeiro	
	Serviço Florestal Brasileiro	
3 - Ministérios, Secretarias Especiais e Empresas Públicas	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Contribuintes/Aderentes ao Plano
	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	
	Ministério da Saúde	

	Ministério do Turismo	
	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Contribuinte ao texto da Estratégia
	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	
4 - Institutos/ Instituições vinculadas a Ministérios	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Contribuintes/Aderentes ao Plano
	Fundação Joaquim Nabuco	
	Fundação Nacional do Índio	
	Fundação Oswaldo Cruz	
	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
	Instituto Nacional de Tecnologia	
	Serviço Geológico do Brasil (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais)	Contribuinte ao texto da Estratégia
5 - OEMAs	Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina	
	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler do Rio Grande do Sul	
	Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	
	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas	
	Instituto Estadual de Florestas	
	Instituto Estadual do Ambiente	
	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico	
	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos	

	Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo	Contribuintes/Aderentes ao Plano
	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas	
	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná	
	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	
	Secretaria Estadual de Meio Ambiente do RS	
	Secretaria Estadual do Meio Ambiente do CE	
6 - Sociedade Civil (ONGs)	Agroícone	Contribuintes/Aderentes ao Plano
	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste	
	Conselho Deliberativo da Conservação Internacional - CI	
	Fundação Biodiversitas	
	Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza	
	Fundação Neotrópica do Brasil	
	ICLEI SAMS - Secretariado para América do Sul	
	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	
	Núcleo Sócio Ambiental Araçá-Piranga	
	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	
União Internacional para a Conservação da Natureza		
	Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS	Contribuintes ao texto da Estratégia
	Fundo Brasileiro para Biodiversidade - FUNBIO	
	Instituto Sociedade População e Natureza - ISPN	

	Oceana Brasil	
7 - Financiadoras e Setor Privado	Financiadora de Estudos e Projetos	Contribuintes/Aderentes ao Plano
8 - Academia	Rede Amazônia Ocidental/INPA	Contribuintes/Aderentes ao Plano
	Rede Mata Atlântica 1/UERJ	
	Rede Mata Atlântica 1/UFPR	
	Sítio PELD: Campos Sulinos	
	Sítio PELD: Mata Atlântica e Sistema Lacustre do Médio Rio Doce-MG	
	Sítio PELD: Pantanal Norte, sítio 12	
	Sítio PELD: Parque Nacional das Emas – Sítio 13	
	Sítio PELD: Planície de inundação do Alto Rio Paraná – Sítio 6	
Sítio PELD: Transição Cerrado - Floresta Amazônica - Sítio 15		

A comunicação interna será um desafio tendo em vista o grande número de instituições participantes e a diversidade de campos de atuação e ações propostas. Uma forte articulação e mobilização deverá ser realizada pelo parceiro responsável pela coordenação da implementação, podendo ser o elo entre a instância implementadora responsável, no caso a SBio/MMA, e os demais parceiros.

### 3.1.2 Objetivos de Comunicação Interna

- Promover o alinhamento e coesão entre os parceiros implementadores da EPANB;
- Disseminar informações relevantes para cada ente participante e o grupo como um todo com periodicidade definida;
- Estimular o fluxo de informações e o compartilhamento de dados relacionados às ações previstas para o monitoramento da implementação do Plano de Ação;
- Promover a transparência;



- Fortalecer processos de identificação de potencial de associação e disseminação conjunta de informações para o público externo.

### 3.1.3 Canais e Ferramentas

O Plano de Ação deverá ser transferido de planilha Excel para um sistema online, plataforma ou banco de dados informatizado a fim de possibilitar uma melhor gestão da informação relacionada às ações propostas, sua relação com as metas de biodiversidade, recursos, indicadores específicos das instituições e resultados.

Em consulta aos desenvolvedores da plataforma Biosfera, do MMA, foi identificado que a Biosfera poderá ser utilizada como ambiente de comunicação interna entre os pontos focais das instituições aderentes ao Plano de Ação, servidores e gestores do MMA, por ser um ambiente seguro, instalado no servidor do MMA e que aceita a inclusão de participantes externos cadastrados e comporta a inclusão de módulo de banco de dados.

Por se caracterizar com um processo de comunicação interna e de trabalho, os canais serão os formais típicos desses processos. A comunicação eletrônica será necessária e recorrente para reforçar e distribuir informes sobre o andamento das atividades, convites, lembretes, pautas e atas de reuniões etc. Poderá ser implementada *newsletter* eletrônica, caso seja considerado adequado e/ou utilizado o ambiente da Biosfera.

### 3.1.4 Periodicidade de comunicação entre as instituições aderentes

Propõe-se, inicialmente, que seja implementada *newsletter* interna, de periodicidade mensal, para distribuição às instituições participantes do Plano de Ação com atualizações, ações realizadas e agenda de eventos e atividades. Outras necessidades para a comunicação interna poderão ser identificadas na reunião do PainelBio, em 24 e 25 de maio de 2017.

### 3.1.5 Recomendações - Componente de Comunicação Interna

As seguintes recomendações são apresentadas no âmbito da Proposta para a Comunicação Interna sobre a EPANB:

- Instituir *newsletter* interna, com periodicidade mensal, dirigida aos pontos focais das instituições aderente à EPANB, com atualizações sobre o andamento dos trabalhos e divulgação de ações realizadas, eventos, e resultados que as instituições considerem oportuno divulgar ao grupo de Parceiros Implementadores.
- Desenvolver projeto de comunicação interna, identificando quem será o gestor da comunicação interna, necessidades e custos.
- Oportunamente realizar divulgações sobre a EPANB em formato de informe em reuniões de comissões e comitês de meio ambientes (Água, ZEE, Conama etc).

### 3.2 Comunicação Externa - Para a Sociedade

Em um país com as dimensões territoriais do Brasil, população de mais de 207 milhões de habitantes<sup>3</sup> e diversidade regional, cultural e econômica, a comunicação pública com a sociedade é um desafio.

O Atlas Nacional Digital do Brasil 2010<sup>4</sup>, disponibilizado pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que os meios de comunicação de massa como TV aberta e TV por assinatura estão ainda muito concentrados, nas regiões Sul e Sudeste. Já o rádio tem cobertura mais ampla no território nacional, mas ainda concentrada em algumas regiões (Figuras 4, 5 e 6).

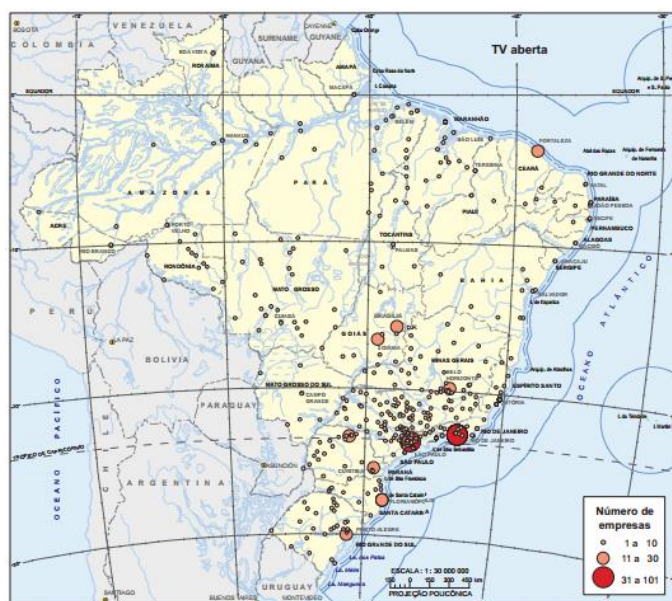


Figura 4. Meios de Comunicação – TV Aberta (IBGE, 2010)

<sup>3</sup> <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>

<sup>4</sup> [http://www.ibge.gov.br/apps/atlas\\_nacional/](http://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional/), página 226 - última atualização disponível.

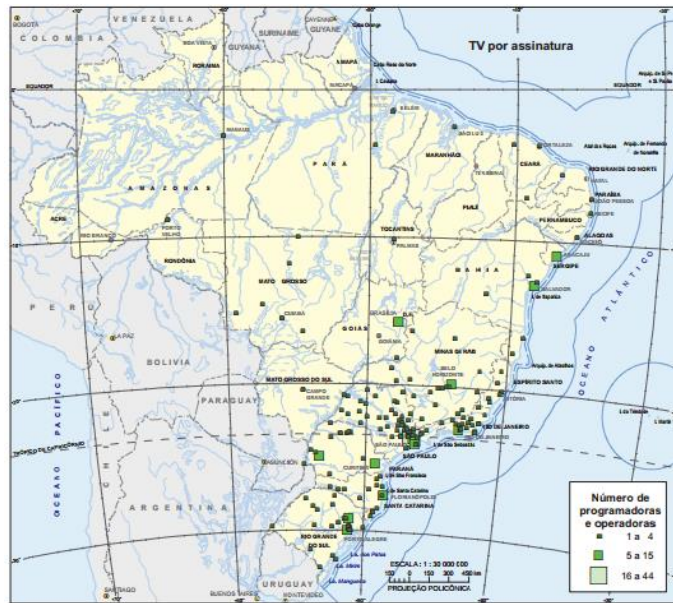


Figura 5. Meios de Comunicação – TV por assinatura (IBGE, 2010)

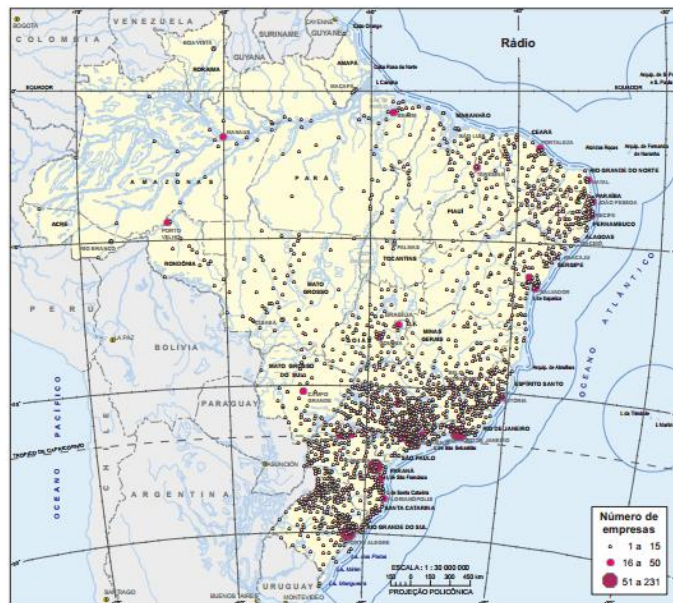


Figura 6. Meios de Comunicação – Rádio (IBGE, 2010)

A revolução tecnológica comunicacional iniciada na década de 1990 e ainda em expansão mudou a estrutura e as relações nas comunicações, rompendo o paradigma do emissor-receptor das mídias de massa e da limitada interatividade. A tecnologia digital também trouxe a convergência de mídias que, associada à conectividade e interatividade, muda radicalmente as formas de comunicação.

Conforme expõe Manuel Castells em “O Poder da Comunicação”, a internet, associada à expansão da venda de computadores e ao desenvolvimento de softwares de fácil utilização tornou-se o “tecido de comunicação de nossas vidas, para o trabalho, para a conexão pessoal, para a formação de redes sociais, para informação, diversão, para serviços públicos, para a política e até a religião” (CASTELLS, 2015).

Mais recentemente, esse ‘tecido de comunicação’ ganhou amplitude com mais disponibilidade de infraestrutura para serviços de telefonia móvel e banda larga de internet, o que provocou uma nova revolução com a corrida aos dispositivos móveis individuais. As distintas possibilidades de comunicação e interatividade estão agora na palma da mão.

Segundo o jornal Valor Econômico, 125 milhões de brasileiros usavam telefones celulares em 2015. A pesquisa desenvolvida por Nielsen Ibope, e divulgada pelo jornal, revelou que o número de brasileiros usando *smartphones* chegou a 76,1 milhões no terceiro trimestre de 2015 - um crescimento de 48% na comparação com o mesmo período de 2014.<sup>5</sup> A comunicação sem fio e com crescente capacidade de conectividade foi a tecnologia que se difundiu mais rapidamente na história (CASTELLS, 2015).

As inovações decorrentes da tecnologia digital desencadearam a segmentação da audiência e a fragmentação de canais. Associada a isso, a necessidade de diversificação de conteúdo, de interatividade e a possibilidade de engajar grupos em torno de temas de interesse, inclusive para fazer pressão por mudanças ou novas políticas públicas.

---

<sup>5</sup> <http://www.valor.com.br/empresas/4327844/numero-de-usuarios-de-smartphones-no-brasil-cresce-48-no-3-trimestre>

No contexto da EPANB, para o alcance de uma comunicação efetiva, esta deverá se associar mais fortemente à educação ambiental, às ciências ambientais e da saúde, e a outras áreas do conhecimento, além de implementar diferentes estratégias que possam promover a disseminação do conhecimento, popularizar a ciência, sensibilizar os cidadãos, e, sobretudo, engajá-los na conservação e no uso sustentável da biodiversidade com conteúdos que digam respeito à sua realidade e que ao mesmo tempo promovam a inserção no contexto nacional e global da EPANB.

Ao mesmo tempo em que deverá considerar a forte inserção do brasileiro no mundo digital e usar as novas tecnologias, a comunicação deverá buscar soluções para alcançar populações que vivem em áreas distantes e que têm sérias restrições de acesso à infraestrutura de energia elétrica e telecomunicações. Isso vai exigir diferentes estratégias dependendo do público com o qual se estiver trabalhando. Sobretudo, a comunicação deverá buscar colocar em evidência a diversidade e a riqueza de trabalhos e experiências realizados por aqueles que vivem em ambientes rurais e que ainda estejam apartados do atual processo de inserção comunicacional.

### 3.2.1 Princípios da PNB e da Conabio

O Quadro 3 traz alguns dos princípios da Política Nacional de Biodiversidade e da Resolução da Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio) diretamente relacionados à Comunicação que podem constituir as bases para uma estratégia de comunicação.

Quadro 3 - Princípios da Política Nacional de Biodiversidade (PNB) e da Resolução da Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio) diretamente relacionados à Comunicação

	I - a diversidade biológica tem valor intrínseco, <b>merecendo respeito independentemente de seu valor</b> para o homem ou potencial para uso humano;
	V - <b>todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado</b> , bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se, ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e as futuras gerações;

Princípios da PNB diretamente relacionados à Comunicação	VI - os objetivos de manejo de solos, águas e recursos biológicos são uma questão de escolha da sociedade, <b>devendo envolver todos os setores relevantes da sociedade</b> e todas as disciplinas científicas e considerar todas as formas de informação relevantes, incluindo os conhecimentos científicos, tradicionais e locais, inovações e costumes;
	XI - o homem faz parte da natureza e está presente nos diferentes ecossistemas brasileiros há mais de dez mil anos, <b>e todos estes ecossistemas foram e estão sendo alterados por ele</b> em maior ou menor escala;
	XII - a manutenção da diversidade cultural nacional é importante para <b>pluralidade de valores na sociedade em relação à biodiversidade, sendo que os povos indígenas, os quilombolas e as outras comunidades locais desempenham um papel importante</b> na conservação e na utilização sustentável da biodiversidade brasileira;
	XIII - as ações relacionadas ao acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade deverão transcorrer com <b>consentimento prévio informado dos povos indígenas, dos quilombolas e das outras comunidades locais</b> ;
	XIV - o valor de uso da biodiversidade é determinado pelos valores culturais e inclui valor de uso direto e indireto, de opção de uso futuro e, ainda, valor intrínseco, incluindo os valores ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético;
	XV - a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade <b>devem contribuir para o desenvolvimento econômico e social e para a erradicação da pobreza</b> ;
	XX - as ações de gestão da biodiversidade terão <b>caráter integrado, descentralizado e participativo</b> , permitindo que todos os setores da sociedade brasileira tenham, efetivamente, acesso aos benefícios gerados por sua utilização.
Princípios da Resolução Conabio diretamente relacionados à Comunicação	v. <b>Considerar uma ampla agenda, compreendendo ações interinstitucionais e multidisciplinares</b> a serem desenvolvidas por diferentes órgãos do governo federal, estadual e municipal, além dos diversos setores da sociedade;
	vii. Incentivar a <b>permanente geração, atualização e incorporação de conhecimentos técnico-científicos</b> no processo de implementação das metas.



### 3.2.2 Pesquisas de Opinião

Um dos desafios de qualquer estratégia nacional de biodiversidade é a implementação da importante e desafiadora Meta 1 - *Até 2020, no mais tardar, a população brasileira terá conhecimento dos valores da biodiversidade e das medidas que poderá tomar para conservá-la e utilizá-la de forma sustentável.* – que se subdivide em duas partes.

A primeira é conseguir demonstrar, ao longo do tempo, que está havendo uma melhora, ou até mesmo retrocesso, na percepção e compreensão das pessoas sobre os valores da biodiversidade. A segunda parte, refere-se ao engajamento, tanto no aspecto de envolver os cidadãos quanto no de demonstrar que a população está ativamente protegendo a biodiversidade.

As pesquisas de opinião são um forte instrumento para avaliação da efetividade de processos de comunicação e até de políticas públicas. O indicador PB001 para monitoramento das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 já irá ajudar a monitorar a consciência ambiental e hábitos sustentáveis da população. Para isso, será importante dar sequência a pesquisa que vem sendo realizadas com periodicidade para formar um histórico comparável que guie a discussão sobre ações e políticas públicas necessárias ao alcance das metas, neste caso, sobretudo a Meta 1.

Às três pesquisas anteriores, iniciadas em 1992 e intituladas “O que o Brasileiro Pensa do Meio Ambiente e do Consumo Sustentável”, foi dada sequência, em 2006, ao estudo abrangente com a pesquisa “O que os brasileiros pensam sobre biodiversidade”, que comparou dados dos estudos de 1992 – 1997 – 2001. Desenvolvida pela cientista social Samyra Crespo, esta pesquisa comparativa retrata o Brasil do ponto de vista do conhecimento ambiental, identificando regiões, classes sociais, gênero e escolaridade, e a evolução da consciência ecológica no País. A pesquisa, como um todo, foi desenvolvida a partir de esforços conjuntos do Instituto de Estudos da Religião – ISER, proponente e executor do projeto, e do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Fundo



Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, o WWF-Brasil e a empresa Natura, e coleta dos dados sob responsabilidade do Instituto Vox-Populi<sup>6</sup>.

A pesquisa Barômetro da Biodiversidade, sob a responsabilidade da União para o BioComércio Ético (UEBT), vem sendo realizada em nove países, incluindo o Brasil, desde 2009. O Barômetro fornece *insights* sobre a evolução da consciência sobre biodiversidade e sua relação com consumo. Também contribui para medir a primeira das metas de 2020 da CDB sobre sensibilização para os valores da biodiversidade. Desde sua primeira edição em 2009, foram entrevistados 54.000 consumidores em 16 países (Brasil, Colômbia, China, França, Alemanha, Índia, Japão, Peru, Coreia do Sul, Suíça, Reino Unido, EUA, Vietnã, México, Equador e Holanda).<sup>7</sup>

Um olhar sobre as pesquisas já realizadas e o estabelecimento de parcerias para dar continuidade a novas pesquisas pode vir a ser uma estratégia para monitorar o alcance da Meta 1, podendo-se avançar no levantamento de pesquisas focadas em setores específicos com o apoio das instituições representativas como, por exemplo, o setor empresarial, agronegócio, da agricultura familiar. Os resultados devem embasar o debate sobre ações e políticas públicas necessárias para engajar mais e melhor a sociedade, sobretudo na ação.

### 3.2.3 Educação Ambiental, Capacitação e Comunicação

A Lei nº 9.795/1999<sup>8</sup> define a Política Nacional de Educação Ambiental do Brasil e institui a educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

O conceito remete aos processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas

---

<sup>6</sup> <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=1363>

<sup>7</sup> <http://ethicalbiotrade.org/biodiversity-barometer/>

<sup>8</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm)

para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) trabalha promove a formação continuada de educadores e da sociedade, por meio de cursos presenciais ou à distância, o incentivo à sustentabilidade na agricultura familiar, a organização de mostras de vídeos socioambientais e a produção de material socioambiental orientador.<sup>9</sup>

Um exemplo é o Programa Nacional de Formação e Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do Sisnama – PNC, do Ministério do Meio Ambiente, instituído pela Portaria nº 286/2005, em caráter permanente, para atender aos anseios dos estados e municípios, em uma estratégia de fortalecimento da qualificação da gestão ambiental. O objetivo geral é capacitar gestores, servidores e técnicos ambientais e busca a estruturação de políticas no contexto federativo, consolidando a gestão ambiental compartilhada, que envolve a responsabilização e empoderamento dos órgãos e entidades, nas três esferas de governo.

De 2006 a 2012, foram beneficiados cerca de 1.700 municípios e 7.600 alunos (gestores municipais, funcionários das prefeituras, técnicos das câmaras de vereadores e conselheiros). Em 2017, foi lançado o curso “Estruturação da Gestão Ambiental Municipal” que tem por objetivo apoiar os Municípios na estruturação institucional e o fortalecimento da gestão ambiental municipal, com a ótica da sustentabilidade sócio-ambiental-territorial, a disseminação de conhecimentos e a reflexão crítica acerca de assuntos que visam à melhoria da gestão ambiental pública.<sup>10</sup>

Outro instrumento referência para a educação ambiental é a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação – ENCEA<sup>11</sup>, cujo objetivo central é contribuir para a compreensão do papel da educação ambiental e da comunicação na gestão pública da sociobiodiversidade e das unidades de conservação.

---

<sup>9</sup> <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental>

<sup>10</sup> Comunicação direta do MMA.

<sup>11</sup> <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/Politica/politica-encea/encea.pdf>

O se destina a formuladores e executores das políticas governamentais relacionadas a Unidades de Conservação - UCs em âmbitos federal, estadual e municipal, alcançando também integrantes de organizações da sociedade civil, instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, membros de Conselhos Consultivos e Deliberativos de UC, integrantes de redes, fóruns, comitês e conselhos que atuam com a temática.<sup>12</sup>

### 3.2.4 Voluntariado

No Brasil, ainda há a percepção de que a responsabilidade de proteger a natureza é apenas do Poder Público. Ampliar essa visão e criar uma consciência ambiental de responsabilidade compartilhada é fundamental para os avanços na proteção e uso sustentável da biodiversidade.

O potencial do trabalho voluntário, forte em alguns setores, como por exemplo, os da saúde e assistência social, poderia ser mais incentivado e estudado também para ações e programas ambientais, associando-o a estratégias de educação ambiental e comunicação.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) dispõe de Programa de Voluntariado, lançado em 2016, e que conta com apoio de organizações não governamentais e redes como o WWF, IPÊ, SOS Mata Atlântica e Coalizão Pró-UCs. A iniciativa busca aproximar as pessoas da gestão das unidades de conservação (UCs) federais, áreas protegidas responsáveis por manter a biodiversidade, os serviços ambientais e os modos de vida de populações tradicionais. O interesse é ampliar significativamente as perspectivas de difusão do programa e recebimento de voluntários nas unidades de conservação, centros de pesquisa e conservação e outras unidades organizacionais do ICMBio.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Comunicação direta do MMA.

<sup>13</sup> <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8800-icmbio-e-wwf-brasil-avaliam-novas-parcerias>

### 3.2.5 Objetivos de Comunicação Externa

Tendo como referência a Missão e a Visão da Estratégia, mencionadas abaixo, o papel abrangente da comunicação para públicos externos será o de promover a disseminação de informações que ampliem o conhecimento sobre a biodiversidade, seus usos e a necessidade de conservá-la, bem como sobre a EPANB, sua importância e status de implementação, para promover e realizar estratégias e ações de engajamento que demonstrem o real apoio e comprometimento das pessoas na proteção da biodiversidade.

**Missão:** “promover a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável de seus componentes de forma integrada, garantindo a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização do patrimônio genético, valorizando os conhecimentos tradicionais associados e respeitando a igualdade de gênero e geracional, o que contribui para a erradicação da pobreza”.

**Visão:** “Até 2050, a biodiversidade brasileira e os serviços ecossistêmicos serão valorizados, conservados, adequadamente recuperados e utilizados de forma sustentável, e a sociedade brasileira estará consciente de seu valor intrínseco e de sua contribuição essencial para desenvolvimento sustentável e o bem-estar humano no presente e no futuro”.

A Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade abarcam uma diversidade considerável de públicos e necessidades específicas. Assim, propõem-se Objetivos Estratégicos de Comunicação relacionados aos Objetivos Estratégicos de Biodiversidade de forma mais ampla e não a cada uma das metas.

Os Objetivos Estratégicos de Comunicação deverão ser desdobrados em ações relacionadas e que possam ser reportadas como contribuição ao alcance das metas. Idealmente, as propostas de objetivos estratégicos de comunicação apresentadas abaixo devem ser debatidas e confirmadas pelos participantes do PainelBio.

**Objetivo Estratégico de Biodiversidade A** – Tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem governo e sociedade.

**Objetivos Estratégicos de Comunicação A:**

**C.A.1.** – Até 2020, a população brasileira, nos seus diversos segmentos, terá sido sensibilizada e engajada na conservação da biodiversidade por meio de programas de capacitação em educação ambiental, projetos de popularização da ciência, ações e campanhas de comunicação, respeitando-se a diversidade cultural e as distintas necessidades dos públicos específicos.

**C.A.2** – Até 2020, pesquisas de opinião pública serão realizadas para medir o conhecimento e engajamento da população brasileira sobre a biodiversidade, seus usos e sustentabilidade e para subsidiar políticas públicas relacionadas à biodiversidade.

**Objetivo Estratégico de Biodiversidade B** – Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável

**Objetivos Estratégicos de Comunicação B:**

**C.B.1.** Até 2020, as taxas de desmatamento e perda de habitats e a relação com a perda de biodiversidade serão amplamente divulgadas pelos parceiros implementadores da EPANB com o intuito de aumentar a conscientização sobre os efeitos negativos da perda de habitats naturais e o engajamento para promover a diminuição da pegada ecológica dos indivíduos e diversos setores do país.

**Objetivo Estratégico de Biodiversidade C** – Melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética.

**Objetivos Estratégicos de Comunicação C:**

**C.C.1** Até 2017, será identificado o conjunto de principais indicadores de impacto e de implementação da EPANB que possa ser utilizado como marcos de disseminação e comunicação sobre o andamento da estratégia, a proteção da biodiversidade no país e o alcance das metas, estabelecendo-se um plano conjunto para a realização dessa divulgação no dia 22 de maio, Dia Internacional da Biodiversidade.

**C.C.2** Até 2018 serão feitos os detalhamentos técnicos e as providências necessárias terão sido tomadas para operacionalizar a produção e divulgação dos indicadores identificados.

**Objetivo Estratégico de Biodiversidade D** – Aumentar os benefícios da biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos

**Objetivos Estratégicos de Comunicação D:**

**C.D.1** Até 2020, distintos atores/grupos serão estimulados a apoiar e promover a restauração de ecossistemas provedores de serviços essenciais, bem como a recuperação dos ecossistemas degradados para mitigação e adaptação às mudanças climáticas e implementação do Protocolo de Nagoya (acesso e repartição de benefícios).

**Objetivo Estratégico de Biodiversidade E** – Aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação.

**Objetivos Estratégicos de Comunicação E:**

**C.E.1** - Fortalecer o PaineBio como instância participativa e colaborativa para discussão, preparação de conteúdos técnicos e deliberação sobre a Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade 2011-2020.

### 3.2.6 Públicos a serem envolvidos

Os públicos listados no Quadro 4 foram apontados nas entrevistas com especialistas como públicos prioritários a serem envolvidos. Outros segmentos de públicos externos podem ser identificados no decorrer da conclusão das análises das entrevistas.

Quadro 4 – Comunicação Externa: Públicos prioritários

PÚBLICOS PRIORITÁRIOS	
SEGMENTO AGRICULTURA	
Público Específico	Entidades de Representativas e/ou de pesquisa – Potenciais parceiros
Agricultores Familiares	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag</li> <li>- Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – Fetraf</li> <li>- MST</li> <li>- [Territórios da Cidadania]</li> </ul> <p>Governo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Incra</li> <li>- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)</li> </ul>
Agropecuaristas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Confederação da Agricultura e da Pecuária – CNA</li> </ul> <p>Governo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)</li> </ul>
Agentes Agropecuários	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Associação Nacional dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária – ANTEFFA</li> </ul> <p>Governo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ministério da Agricultura</li> </ul>
EDUCAÇÃO	
Professores	Governos:
Alunos – crianças e adolescentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ministério da Educação</li> <li>- Secretarias estaduais e municipais de Educação</li> </ul>
ACADEMIA	
Professores e Alunos de universidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>- SBPC</li> <li>- ABC</li> </ul>

LEGISLATIVO FEDERAL	
Deputados, Senadores, Assessores Legislativos	- Câmara dos Deputados - Senado federal - Instituto Legislativo
ESTADOS	
- Governadores - Secretários de Meio Ambiente - Secretários de Planejamento - Secretários de Educação	
MUNICÍPIOS	
- Prefeitos - Secretários de Meio Ambiente - Secretários de Planejamento - Secretários de Educação	ICLEI  Frente Nacional de Prefeitos - FNP

### 3.2.7 Recomendações – Componente de Comunicação

As seguintes recomendações são apresentadas no âmbito de Comunicação Externa:

- Identificar os públicos com os quais as instituições aderentes já trabalham, bem como as estratégias utilizadas e potencializar a comunicação sobre a biodiversidade e a EPANB por meio de apoio da melhora e da integração da comunicação com os parceiros.
- Buscar instituições que ainda não fazem parte do processo da EPANB, mas que são importantes no engajamento dos públicos listados no Quadro 4.
- Fortalecer o papel da educação ambiental do MMA e sua relação com o Ministério da Educação para a oferta de cursos de capacitação customizados para diferentes públicos, incluindo professores da rede pública, a exemplo dos cursos do Programa Nacional de Formação e Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do Sisnama – PNC e para gestores de UCs.
- Identificar as necessidades específicas dos povos tradicionais e populações indígenas e realizar a comunicação atendendo a essas necessidades, sobretudo, buscando dar visibilidade ao que está sendo realizado localmente.



- Utilizar os mais diversos canais de comunicação, tradicionais e novas mídias digitais, combinando estratégias de alcance e disseminação para públicos específicos.
- Formalizar parceria para dar continuidade à pesquisa “O que o brasileiro pensa da biodiversidade”, realizando mais uma pesquisa em 2017 e outra em 2020, com o objetivo de medir a situação em relação à Meta 1. A pesquisa O que o brasileiro pensa da biodiversidade foi realizada em 5 anos diferentes com a mesma metodologia o que gera uma série histórica importante para demonstrar o alcance ou não dos objetivos da Meta 1.
- A Barômetro da Biodiversidade é outra pesquisa importante e se concentra mais nas questões relacionadas a consumo e usos da biodiversidade. É totalmente financiada pelo setor privado e realizado no Brasil há sete anos. Poderia ser feita uma aproximação e análise dos resultados para propor um plano de ação para enfrentar a problemática de que os consumidores ‘não sabem o que fazer’ para proteger ou promover o uso sustentável da biodiversidade.
- Realização de um encontro entre comunicadores de instituições envolvidas com a EPANB para discussão e contribuições ao Plano de Comunicação e engajamento na EPANB.

## 4.COMPONENTE DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

O Plano de Mobilização de Recursos está sendo construído de acordo com a orientação estabelecida na Meta 20, que estabelece que serão realizadas avaliações da necessidade de recursos para atender os compromissos estabelecidos nas Metas Nacionais, seguidas de mobilização e alocação de recursos para viabilizar sua implementação.

## 4.1 Resultado da Análise de Abrangência do Plano de Ação

A análise de abrangência da EPANB<sup>14</sup> mostra que as informações sobre recursos disponíveis para a implementação do Plano de Ação ainda deverão ser objeto de estudo e detalhamento, pois das 52 instituições que contribuíram com ações na planilha do Plano de Ação, 37 delas (71%) enviaram dados e informações referentes a: (i) custos estimados, (ii) recursos já investidos e (iii) recurso assegurado para a execução das ações.

Entre as lacunas e pontos de atenção quanto à abordagem financeira da EPANB apresentadas na análise de abrangência, estão os seguintes:

- *Quanto aos valores do custo total estimado e do recurso assegurado*
  - *Na análise realizada a partir dos dados e informações da planilha do Plano de Ação, pode-se observar que, de modo geral, a informação da estimativa de custos fornecida pelas instituições e programas contribuintes (custos estimados, recursos assegurados e total já investido) é apresentada de forma heterogênea, incluindo informações adicionais em parte dos casos, e indicando as agências que estão fornecendo o recurso ou que estes estão vinculados a outros projetos dentro da mesma instituição ou programa.*
  - *Considerando-se total dos valores (R\$) do custo total estimado e do recurso assegurado, observou-se que o custo total estimado (cerca de R\$ 7 bilhões ao todo) é muito superior em relação ao total de recurso assegurado para a execução das ações propostas (cerca de R\$ 1,4 bilhão), sendo que, no total, o recurso assegurado atualmente representa aproximadamente 20% do custo estimado.*
  - *Ainda quanto aos valores informados no Plano de Ação, totalizados por meta, pôde-se observar diferenças na proporção entre o valor do recurso já investido e o custo total estimado. Como já mencionado em relação à Figura 4, em 5 das 20 Metas Nacionais observou-se que valor já investido supera em muitas vezes o custo estimado. Para esses casos, há que fazer consulta às instituições e programas contribuintes.*

---

<sup>14</sup> Informações retiradas da análise de abrangência preparada por Maria Tereza Leite Montalvão e Magaly Oliveira.

- o *Considerando a heterogeneidade de informações financeiras e sua dificuldade de integração, recomenda-se utilizar ou desenvolver um sistema computacional único administrado por um ente coordenador designado para integrar e contabilizar o recurso já investido em biodiversidade no Brasil. Além dos dados e informações propriamente ditos, é importante que sejam disponibilizadas à sociedade as informações sobre a forma de coleta dos dados desses recursos, de modo permita a comunicação de como o recurso está sendo investido e a identificação dos resultados do uso do recurso, além de outras informações complementares.*

## 4.2 Outros Esforços Nacionais

Objetivando atender esses compromissos, bem como gerar informações consolidadas sobre os gastos ambientais no país, o Governo Federal tem empreendido esforços no sentido de aumentar o nível de informação sobre os gastos públicos com a biodiversidade.

Nesse contexto, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) está realizando o levantamento dos gastos públicos federais ambientais e com a conservação da biodiversidade entre 2006 e 2015, por meio da Coordenação de Estudos em Sustentabilidade Ambiental (COSAM). A metodologia utilizada adota a Classificação das Atividades Ambientais (*Classification of Environmental Activities – CEA*), desenvolvida pela Organização das Nações Unidas no âmbito do Sistema de Contas Econômicas e Ambientais (*System of Economic and Environmental Accounts – SEEA*). O SEEA consiste em uma estrutura conceitual multipropósito, que permite descrever as interações entre a economia e o ambiente. A partir do levantamento dos gastos governamentais ambientais, são aplicadas classificações padronizadas para a obtenção dos gastos com a conservação da biodiversidade. A partir do desenho e validação da metodologia os dados da execução orçamentária e financeira do governo federal passarão a ser sistematicamente classificados e disponibilizados aos tomadores de decisão e a sociedade.

A pesquisa realizada pelo Ipea, com aplicação da CEA, considera três critérios: (i) as despesas devem estar registradas no orçamento oficial ou nas instituições executoras (para despesas extra-orçamentais); (ii) as informações recolhidas devem ser comparáveis a nível internacional com outras metodologias para avaliar os gastos ambientais; e (iii) os dados devem compor séries históricas anuais contínuas e comparáveis.

As fases planejadas para esse estudo analítico são: (1) o planejamento estratégico do estudo; (2) desenvolvimento de metodologia para a definição dos parâmetros para gastos ambientais; (3) classificação das rubricas orçamentárias para despesas ambientais; (4) estabelecimento de acordos de cooperação com as instituições responsáveis pelo fornecimento dos dados relevantes (MMA e Secretaria de Orçamento Federal – SOF); (5) estruturação de um banco de dados que deverá conter a classificação das despesas ambientais; e (6) a análise de dados e publicação das informações coletadas.

Desde 2015, o IPEA está definindo o método para classificar as atividades ambientais e estruturando o banco de dados com os gastos orçamentários federais. Ademais, para que o Brasil possa construir de forma coerente e implementar com efetividade a EPANB, o conhecimento dos gastos públicos com conservação de biodiversidade mostra-se fundamental, constituindo-se uma etapa importante para o conhecimento do aporte atual de recursos financeiros, identificação das necessidades e definição de estratégias para mobilização e alocação inteligente destes recursos.

Segundo informações apresentadas no Seminário Internacional Gastos Ambientais – diretrizes metodológicas e avanços na América Latina<sup>15</sup>, realizado nos dias 15 e 16 de março de 2017, na sede do IPEA, em Brasília, o trabalho foi iniciado em 2015, com a revisão de metodologias nacionais e internacionais de identificação de gastos ambientais, levantamento bibliográfico, adequação da metodologia a ser utilizada e realização de estudo piloto para o ano 2010.

---

<sup>15</sup> [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29599](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29599)

Atualmente, o banco de dados da pesquisa contém classificações para todos os anos do período 2002 a 2016, e estão em processo de revisão e refinamento. A pesquisa será publicada pelo IPEA em etapas. Provavelmente em 2017 serão disponibilizados os Textos de Discussão sobre a metodologia e o piloto para o ano de 2010, seguidos da série histórica de 2012 a 2016.

Os resultados preliminares apontados no relatório de pesquisa **Dimensionamento e acompanhamento do gasto ambiental federal**, publicado no Boletim Regional, Urbano e Ambiental 15, jul.-dez. 2016, do IPEA<sup>16</sup>, indicam que:

*“Os resultados preliminares da pesquisa em andamento têm demonstrado que, apesar do agravamento dos problemas ambientais no país, as despesas públicas ambientais têm sido proporcionalmente decrescentes no orçamento federal nos últimos anos.*

*A pesquisa identificou os GAFs [Gastos Ambientais Federais] do período 2004-2014. Verificou-se que os gastos orçamentários (valor executado) destinados às atividades ambientais aumentaram gradativamente, em valores absolutos, no período 2004-2009, passando de R\$ 1,96 bilhão, em 2004, para R\$ 8,27 bilhões, em 2009. Proporcionalmente aos gastos totais do governo federal (GTFs), os GAFs também aumentaram em quase quatro vezes, passando de 0,12% para 0,43%.*

*Porém, a partir de 2010 os GAF começam a decair ano a ano, tanto em valores absolutos quanto em relação aos GTFs. Chegam a R\$ 4,47 bilhões em 2014 e passam a representar apenas 0,20% dos gastos no orçamento federal – uma queda de cerca de 50% dos valores relativos a 2009, ano de maior gasto em atividades ambientais no decênio 2004-2014.*

*A análise descritiva preliminar dos dados indica a evolução dos GAFs no período analisado. Pretende-se realizar uma análise aprofundada destes gastos, por meio de técnicas de estimação de dados, para a obtenção de um quadro claro dos dispêndios do governo federal em meio ambiente.”*

Conforme apresentado no mesmo Seminário sobre Gastos Ambientais, acima mencionado, o objetivo do IPEA é dar continuidade aos estudos anuais e também, em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), realizar piloto para o setor privado e alguns estados da federação, bem como estudar agendas específicas como a da biodiversidade.

---

<sup>16</sup> [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7118/1/BRU\\_n15\\_Dimensionamento.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7118/1/BRU_n15_Dimensionamento.pdf)

Adicionalmente, o Brasil se tornou membro recentemente da iniciativa BIOFIN (*Biodiversity Finance Initiative*). Essa iniciativa é conduzida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), em parceria com o Ministério da Fazenda (MF), o MMA e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O objetivo do BIOFIN no Brasil é sistematizar o gasto público com biodiversidade de forma periódica com vistas a identificar lacunas e propor mecanismo inovadores de financiamento para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. Pretende-se, assim, a partir da consolidação dos gastos públicos realizados com a conservação da biodiversidade, obter uma avaliação das necessidades de financiamento para o cumprimento das Metas Nacionais que servirá como base para a elaboração do Plano de Mobilização de Recursos.

Esse processo incluirá uma etapa para compatibilizar a chave de classificação da metodologia CEA, utilizada pelo IPEA, com a chave proposta pelo BIOFIN. Além disso, estão previstos, entre outros: (i) realização de seminários com órgãos do governo e especialistas para discutir e validar a metodologia aplicada; (ii) avaliação das oportunidades de inclusão de marcadores relacionados aos gastos com biodiversidade nas classificações orçamentárias; e (iii) análise das receitas potenciais (ou custos evitados) e implicações da implementação dos novos mecanismos financeiros ou da revisão de mecanismos existentes. Nesse sentido, o BIOFIN no Brasil pretende promover o engajamento de diversos atores para o tema de mobilização de recursos e propor soluções concretas para o fortalecimento de mecanismos financeiros para a conservação da biodiversidade.

Apesar da contração que vem ocorrendo nos últimos anos no orçamento federal, os recursos alocados ao MMA e instituições vinculadas cresceu 14% em termos reais entre 2010-2014 embora ainda seja um dos menores entre os órgãos federais em volume de recursos.

Segundo OCDE (2015), em 2014, o orçamento conjunto de todas as instituições ambientais foi de 3,6 bilhões de reais, totalizando 0,15% do orçamento federal. Deve-se

considerar, no entanto, que pela característica transversal do tema, outros ministérios e órgãos federais também contribuem com grande parte da despesa pública com o meio ambiente.

Especificamente no que se refere a programas relacionados à biodiversidade, entre 2010 e 2014, a despesa do orçamento federal cresceu cerca de 50% em termos reais, mais do que os 14% para a gestão ambiental. O ICMBio é quem administra a maior parte desse orçamento, sobretudo para a gestão de áreas protegidas federais (OCDE, 2015). Cabe ressaltar ainda os potenciais recursos oriundos do OGU via emendas parlamentares que podem representar um grande incremento financeiro às iniciativas voltadas à conservação da biodiversidade, expressas no PPA no âmbito do programa 2018 – Biodiversidade. Diversos Fundos orçamentários e extraorçamentários têm contribuído para o financiamento de programas voltados à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade. São exemplos o Fundo Nacional de Meio Ambiente, que já desembolsou 230 milhões de reais desde sua criação, o Fundo para Áreas Protegidas, criado para apoiar a sustentabilidade financeira a longo prazo de UCs, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, gerenciado pelo Serviço Florestal Brasileiro para promover o desenvolvimento de atividades florestais (OCDE, 2015).

Um dos mais importantes é o inovador Fundo Amazônia, criado em 2008 para investimento na conservação e uso sustentável da floresta e para a prevenção e monitoramento do desmatamento. O Fundo é gerenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em coordenação com o MMA. A maioria dos recursos vem de doadores internacionais, principalmente da Noruega e da Alemanha, mas também de empresas como a Petrobras. As contribuições totais recebidas entre 2009 e o início de 2015 chegaram a mais de 2 bilhões de reais (OCDE, 2015).

O financiamento de projetos com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente Mundial (GEF) também faz parte da estratégia do Governo federal de cumprir com as obrigações estabelecidas pela CDB. Comparativamente o Brasil possui uma das maiores

carteiras de projetos do GEF em todo mundo, considerados todos os eixos temáticos, mas com um foco pronunciado em biodiversidade (GEF, 2012). O Brasil participa do GEF desde sua fase piloto, em 1991. Estima-se que, até 2013, 51 projetos nacionais tenham sido financiados, totalizando 414 milhões de dólares, sendo cerca de 43% desse valor destinado à área de biodiversidade. Além dos projetos nacionais, o país participou de 34 projetos regionais e globais, num total adicional de 222 milhões de dólares (GEF, 2013b).

Além de apoiar o desenvolvimento da primeira Comunicação Nacional à CDB, o GEF, como mecanismo financeiro da Convenção, tem contribuído para a sua implementação após a ratificação pelo Brasil. Diversos projetos do GEF na área de biodiversidade têm auxiliado o país tanto na implementação dos temas legislados sobre biodiversidade quanto para a evolução do quadro legal, assim como para a estruturação de um arcabouço institucional focado na implementação de políticas de biodiversidade.

Para os próximos cinco anos, novos projetos GEF estão sendo negociados pela SBio/MMA, parte deles em fase avançada de aprovação. Para a implementação das ações de conservação e uso sustentável da biodiversidade, além dos recursos do GEF, a SBio/MMA também se beneficia da cooperação bilateral, especialmente com o governo da Alemanha e dos Estados Unidos da América.

Todos esses avanços em ações desenvolvidas para a Conservação da Biodiversidade no Brasil a cargo da SBio/MMA incluem investimentos do Governo Brasileiro em forma de custos diretos ou indiretos, mas que, sem dúvida, contribuem grandemente para objetivos em escala supranacional, tendo por foco a contribuição e a responsabilidade brasileira no aumento e melhoria dos esforços de conservação da biodiversidade e dos ecossistemas em nível global.

### **4.3. Recomendações – Componente de Mobilização de Recursos**

As seguintes recomendações são apresentadas no âmbito do Componente de Mobilização de Recursos:



- Apresentar o texto sobre gastos ambientais aos pesquisadores e solicitar revisão e complementos.
- Com as mudanças climáticas, boa parte desses recursos tem sido direcionada para esse tema. Uma tendência recente é associar projetos de biodiversidade com o tema das mudanças climáticas.
- Outra área em que é necessário atuar para promover é a dos subsídios perversos. É necessário que sejam feitos estudos sobre quais subsídios causam maior dano e quais as propostas de alternativas para redução desses subsídios.
- Ampliar ou melhorar incentivos positivos existentes como ICMS Ecológico e compensação ambiental e/ou criar outros incentivos positivos como uma 'Lei Rouanet' ambiental.

## 5. REFERÊNCIAS

BRIGATTO, G. Valor Econômico, Número de usuários de smartphones no Brasil cresce 48% no 3º trimestre. São Paulo, 24/11/2015.

<http://www.valor.com.br/empresas/4327844/numero-de-usuarios-de-smartphones-no-brasil-cresce-48-no-3-trimestre>

CHAVES et al. Gerenciamento da Comunicação em Projetos, FGV, 2015.

Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003, que dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade, e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4703.htm)

Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação – ENCEA.

<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/Politica/politica-encea/encea.pdf>

IBGE. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação, 2017. <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>

IBGE. Atlas Nacional do Brasil, 2010. [http://www.ibge.gov.br/apps/atlas\\_nacional/](http://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional/)

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Dimensionamento e acompanhamento do gasto ambiental federal. Brasília: IPEA, 2015. (Relatório de Pesquisa). No prelo. In: Boletim Regional, Urbano e Ambiental | 15 | jul.-dez. 2016.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm)

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Relatórios Econômicos da OCDE Brasil. Novembro de 2015. Resumo em Português. Novembro de 2015. 50 p. <http://www.oecd.org/eco/surveys/Brasil-2015-resumo.pdf>

Revista Eco21, Junho 2006. <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=1363>

Resolução Conabio nº 06/2013, de 03 de setembro de 2013.

[http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80049/Conabio/Documentos/Resolucao\\_06\\_03set2013.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80049/Conabio/Documentos/Resolucao_06_03set2013.pdf)

UEBT - Union for Ethical BioTrade. <http://ethicalbiotrader.org/biodiversity-barometer/>

UICN - Projeto Painel Brasileiro de Biodiversidade- PainelBio.

<https://www.iucn.org/es/node/16724>

## ANEXO I – Lista de entrevistados e participação no PainelBio e/ou na Conabio

ESFERA	INSTITUIÇÃO	ENTREVISTADO	CARGO OU SETOR	DATA DA ENTREVISTA	FORMATO DA ENTREVISTA
<b>Governo Federal/Outros Ministérios</b>	Ministério do Planejamento	<b>Raquel de Oliveira Alves</b>	Analista de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI)	27/03/2017	Presencial
<b>Governo Federal/MMA/Sbio</b>	MMA/Sbio	<b>Luana Magalhaes Duarte</b>	Analista Ambiental, Departamento de Conservação de Ecossistemas, Secretaria de Biodiversidade, Ministério do Meio Ambiente	27/03/2017	Presencial
<b>Organismo Internacional</b>	PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	<b>Luana Lopes</b>	Analista de Programa	27/03/2017	Presencial
<b>Sociedade Civil/ONG</b>	Ipê - Instituto de Pesquisas Ecológicas	<b>Suzana Pádua</b>	Presidente	30/03/2017	Presencial
<b>Institutos/ Instituições vinculados a Ministérios</b>	Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz	<b>Marcia Chame dos Santos</b>	Programa Institucional Biodiversidade & Saúde/ Fiocruz	31/03/2017	Presencial
<b>Especialista Internacional</b>		<b>Bráulio Dias</b>	Ex-secretário-executivo CDB	05/04/2017	Presencial
<b>Academia</b>	UnB/IPBES	<b>Mercedes Bustamante</b>		06/04/2017	Presencial

<b>Governo Federal/MMA</b>	MMA/Comunicação	<b>Paulenir Constâncio</b>	Analista/Jornalista	07/04/2017	Presencial
		<b>Renata Cavalhaes Meliga</b>	Jornalista Terceirizada/Sbio		
<b>Governo Federal/ Instituição Pesquisa</b>	Presidência da República/Secretaria de Assuntos Estratégicos/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	<b>João Paulo Viana</b>	Técnico de Planejamento e Pesquisa / Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais	07/04/2017	Presencial
<b>Sociedade Civil/ONG</b>	IDSM - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	<b>Helder Lima de Queiroz</b>	Pesquisador titular, membro da diretoria técnico-científica, atualmente ocupando a função de diretor geral da instituição	10/04/2017	Skipe
<b>Privado</b>	Confederação Nacional da Indústria (CNI)	<b>Elisa Romano</b>	Especialista de Política e Indústria/Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade	11/04/2017	Presencial
		<b>Renata Medeiros dos Santos</b>	Analista de Política e Indústria II/Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade		
<b>Governos Municipais</b>	ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade	<b>Rodrigo de Oliveira Perpétuo</b>	Secretário-Executivo	12/04/2017	Skype
		<b>Sophia B. N. Picarelli</b>	Ponto Focal EPANB		
<b>Privado</b>	Banco Mundial	<b>Adriana Moreira</b>	Líder Global para Biodiversidade, Diretoria de Meio Ambiente e Recursos Naturais	17/04/2017	Presencial

---

<b>MMA/Vinculadas</b>	ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	<b>Cláudio Maretti</b>	Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UCs	20/04/2017	Presencial
<b>Sociedade Civil/ONG</b>	ISA - Instituto Socioambiental	<b>Adriana Ramos</b>	Coordenadora do Programa de Política e Direito Socioambiental	20/04/2017	Presencial
<b>Sociedade Civil/ONG</b>	CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas	<b>Edel Moraes Tenorio</b>	Vice-presidente	25/04/2017	Skype

---

### Entrevistados/Instituições que Participam do PainelBio



### Entrevistados que Participam da CONABIO

